

## SERVIÇO SOCIAL

### Gênero na percepção das gestoras dos serviços de apoio à mulher vítima de violência no Piauí

Inez Sampaio Nery<sup>1</sup> | Maria Tamires Alves Ferreira<sup>2</sup> | Mary Ângela de Oliveira Canuto<sup>3</sup>  
Tatianne Bandeira de Vasconcelos<sup>4</sup>

**Resumo:** Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa que teve por objetivo descrever e analisar a percepção de gênero das gestoras dos serviços de apoio às mulheres vítimas de violência no Piauí. A coleta de dados foi realizada através de um roteiro de entrevista semiestruturada com nove gestoras. Os dados foram interpretados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que gênero é uma construção sociocultural, na qual são atribuídos papéis diferenciados para homens e mulheres, configurando o duo dominação masculina/submissão feminina. Concluiu-se que a questão de gênero encontra-se enraizada na tradição cultural, na organização social e nas relações de poder, sendo necessária, além da criação de serviços voltados para a igualdade de gênero, especialmente, para o atendimento à mulher vítima de violência, a mudança cultural da sociedade, com o compromisso de todos na proteção e promoção dos direitos da mulher.

**Palavras-chave:** Percepção. Gênero. Violência.

1. Doutora em Enfermagem. Professora Associado II do Curso de Bacharelado em Enfermagem e Membro Efetivo do Mestrado em Enfermagem e do Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). - E-mail: ineznery.ufpi@gmail.com
2. Especialista em Terapia Intensiva. Enfermeira do Prontomed.
3. Especialista em Saúde Pública. Enfermeira da Associação Reabilitar/CEIR.
4. Mestranda em Políticas Públicas. Especialista em Direito Tributário e Fiscal. Delegada de Polícia Civil do Estado do Piauí.

## 1 Introdução

A violência representa um fenômeno que atinge mulheres no mundo inteiro, independente da classe social, idade, cor, etnia, religião e orientação sexual, e que ocasiona sérias sequelas para as vítimas. A violência contra a mulher é definida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (OEA, 1994).

Devido à amplitude e complexidade que envolve o tema da violência contra a mulher, esta deixou de ser um problema resolvido no âmbito das relações interpessoais e passou a ser tratada como uma questão social, exigindo do Estado políticas públicas no sentido de prevenir e combater este tipo de violência. Dentre as ações públicas, destaca-se a constituição de uma rede de serviços de apoio à mulher vítima de violência, para dar conta do caráter multidimensional do fenômeno, relacionadas a diversas áreas, como: saúde, educação, segurança pública, assistência social, justiça e cultura.

Como a violência contra a mulher está diretamente vinculada ao termo gênero, surgiu o interesse em conhecer o entendimento sobre gênero na percepção de pessoas responsáveis pela gestão dos serviços de apoio à mulher vítima de violência, já que essas pessoas contribuem diretamente no planejamento e execução de políticas públicas voltadas para esta problemática.

Assim, o ponto de partida desta pesquisa foi a seguinte questão: qual a percepção de gênero das gestoras dos serviços de apoio à mulher vítima de violência no Piauí? Portanto, este questionamento foi o problema que impulsionou a realização deste estudo que teve como objetivo descrever e analisar a percepção de gênero das gestoras dos serviços de apoio à mulher vítima de violência no Piauí.

Este artigo está organizado de modo a abordar inicialmente uma discussão teórica sobre gênero, colocando-o como um sistema de relações entre mulher e homem, determinado por contextos políticos, econômicos, culturais e sociais e não por uma determinação biológica ou natural. Em seguida, descreve-se os aspectos metodológicos da pesquisa. Posteriormente, apresenta-se os resultados com base nos depoimentos das gestoras dos serviços de apoio à mulher vítima de violência no Piauí, fechando-se com as considerações finais do estudo.

Parte-se do reconhecimento que não é possível abordar todos os aspectos envolvidos nesta temática, no entanto, espera-se que este artigo venha a contribuir para a reflexão sobre a problemática da violência contra a mulher, além de proporcionar uma melhor compreensão sobre gênero.

## 2 Referencial teórico

No decorrer da história, as relações entre homens e mulheres são marcadas por condições de dominação masculina e submissão feminina. Os papéis destinados tanto para homens como para mulheres foram cultural e socialmente construídos e naturalizados, cabendo à mulher a função de cuidadora da casa e dos filhos, a qual deve obediência na infância ao pai e, mais tarde, ao companheiro, caracterizando uma ordem patriarcal de organização familiar (SAFFIOTI, 2004; AMARAL, 2005).

Esses modelos cristalizados de homem e de mulher que foram produzidos como verdades na sociedade referem-se ao termo gênero. A configuração de identidade de gênero tem efeitos importantes na ordem social atual e sua assimetria nas relações de poder, já que é um modelo que comporta uma dependência da mulher ao homem e, muitas vezes, a causa de mal-estar entre casais, uma vez que mesmo diante de conquistas femininas, tais avanços são vistos como ameaças ao poder dos homens, até então, únicos “chefes das famílias” (SANTOS, 2008).

Neste sentido, Saffioti (1987, p. 88-89) afirma que:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma que escolhe os terrenos em que pode atuar o homem [...] Rigorosamente, os seres humanos nascem machos e fêmeas. É através da educação que se tornam homens e mulheres.

Assim, gênero representa uma construção histórica, cultural, relacional e dinâmica sobre o masculino e o feminino, cujas representações acabam por naturalizar papéis sexuais e sociais. Essas representações do masculino e do

feminino reproduzidas na cultura patriarcal contribuíram para a exclusão das mulheres em espaços públicos e legitimaram a opressão e a violência contra a mulher.

Conforme Scott (1995, p. 86), gênero é entendido como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado as relações de poder.” Desta forma, as atitudes autoritárias e centralizadoras dos homens são compreendidas como algo inerente à figura masculina e a subordinação a essa autoridade à figura feminina. Da necessidade de reforçar esse poder masculino, pode advir a violência contra a mulher (ROTANIA et al, 2003).

A violência de gênero surge então em decorrência do sistema de dominação incrustado na sociedade, que utiliza desse mecanismo para manter a ordem estabelecida culturalmente, no qual coloca a mulher numa posição inferior ao homem. Nesta perspectiva, a violência pode ser considerada não apenas como violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sob dois ângulos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a falta de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 35).

As desigualdades de gênero têm na violência contra as mulheres sua expressão máxima que, por sua vez, deve ser compreendida como uma violação dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2011). O direito à igualdade entre homens e mulheres, constitucionalmente garantido, pressupõe que a dignidade da pessoa humana pertence tanto ao gênero masculino, como ao gênero feminino. Portanto, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais, todos os seres humanos merecem igual respeito (COMPARATO, 2010).

Diante desta situação, tornou-se necessária a implantação de políticas públicas voltadas para o respeito e a igualdade nas relações de gênero (GUZMÁN, 2000). No Brasil, a criação de políticas públicas de enfrentamento à violência possui trajetória recente. Apenas na década de 80 as políticas públicas foram

implementadas no ponto de vista do gênero, devido ao movimento feminista e as conferências internacionais sobre as mulheres (NEGRÃO, 2004).

Em 1985, na culminância da Década da Mulher, declarada pela Organização das Nações Unidas-ONU, é criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. No ano seguinte, foi criada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a primeira Casa-Abrigo para mulheres em situação de risco de morte do país (SILVEIRA, 2006). Essas três importantes conquistas da luta do movimento feminista no Brasil foram, durante muito tempo, as principais ações do Estado voltadas para a promoção dos direitos das mulheres no enfrentamento à violência.

Com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres em 2003, a política de enfrentamento à violência contra as mulheres foi ampliada no sentido de promover a implementação de novos serviços e de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência. Com a realização da I e da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e com a construção coletiva de dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (2004 e 2008), o enfrentamento à violência contra as mulheres é consolidado como um eixo intersetorial e prioritário no campo das políticas para as mulheres. Assim, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado.

Em ambos os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres foi dedicado um capítulo específico sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres que estabeleceu conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência de gênero, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência. É destacado a necessidade de desenvolvimento de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Essa rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011). Os serviços de apoio à mulher em situação de violência, como os Centros de Referência, Casas Abrigo, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas Judiciais

Adaptadas, Delegacias Especializadas, Defensorias da Mulher, Postos de Saúde, devem trabalhar em parceria no enfrentamento à violência contra as mulheres, no sentido de oferecer a integralidade do atendimento.

### 3 Metodologia

Trata-se do recorte de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa intitulada "Gênero e violência doméstica: a percepção das gestoras dos serviços de apoio". Esse tipo de estudo se aplica às pesquisas das representações, das percepções e das opiniões, produto das diferentes formas de conceber e lidar dos seres humanos com a realidade, o que permite descrever e compreender a complexidade do problema em maior nível de profundidade, bem como entender as particularidades dos comportamentos dos indivíduos (MINAYO, 2006).

O cenário desta pesquisa foi constituído pelas seguintes instituições de serviços de apoio às mulheres vítimas de violência do Estado do Piauí, localizadas na cidade de Teresina: Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência, Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Francisca Trindade, Serviço de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS), Conselho Estadual de Direitos da Mulher, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Casa-Abrigo e Diretoria de Política para as Mulheres.

Os sujeitos foram selecionados intencionalmente, tendo como critério de inclusão ser gestor das referidas instituições. Desta forma, contou-se com nove sujeitos, todas mulheres e conhecedoras da realidade de cada uma dessas instituições.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí sob o protocolo nº 0228.0.045.000-08. No caso do SAMVVIS, foi necessária aprovação da Comissão de Ética da Maternidade Dona Evangelina Rosa, onde funciona o serviço. Em relação aos demais serviços, por não contar com uma comissão ou comitê em pesquisa, foi enviado um ofício circular solicitando permissão para realização do estudo, sendo concedidas as respectivas autorizações.

Após a aprovação, realizou-se a coleta de dados no período de março e abril de 2009, utilizando a técnica de entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista possibilita uma abordagem flexível, sem rigidez na formulação das questões, o que proporciona aos participantes uma livre manifestação de pensa-

mento e de opinião relacionado ao tema proposto, como também uma interação entre quem pergunta e quem responde (MINAYO, 2010).

Com o consentimento das participantes as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Os dados foram organizados e tratados por meio da análise de conteúdo, que permitiu identificar a significação presente nas falas dos sujeitos. Assim, foi procedida a leitura e releitura do material à luz do referencial teórico de autores que trabalham a temática. Após esta etapa houve a seleção das unidades de análise e, em seguida, realizou-se a classificação de elementos constitutivos de um conjunto para formação de categorias. Segundo Gomes (2007), formar categorias significa agrupar elementos ou ideias em função de seus caracteres semelhantes ou que possuam relação entre si.

O presente estudo cumpriu as exigências das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos regidos pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Os sujeitos foram informados sobre os objetivos da pesquisa, convidados a participar e, ao concordarem, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preservando-se o sigilo da identidade e o direito a sair do estudo a qualquer momento se assim desejasse. Para que as participantes ficassem no anonimato foram a elas atribuídos nomes fictícios de deusas.

### 4 Resultados e discussão

A partir da análise das entrevistas realizadas emergiram categorias analíticas com base na semelhança de conteúdo dos discursos. Dentre elas, neste estudo enfoca-se "o gênero como um conceito cultural e socialmente construído". Essa categoria diz respeito à maneira como as gestoras compreendem o conceito de gênero e, ao falarem do "ser homem" e do "ser mulher", como percebem as relações e os papéis de gênero.

De acordo com os depoimentos há uma diferenciação entre gênero e sexo. Gênero é compreendido como uma construção sociocultural, em que são destinados papéis diferenciados para os homens e para as mulheres, eis os relatos:

Gênero é uma forma de como a sociedade, a cultura, transmite às pessoas uma classificação, como homem ou como mulher. Isso significa que, biologicamente, nós

nascemos com um sexo. A partir desse sexo, há em torno da cultura da sociedade uma representação, uma idealização, de como cada sexo tem que se apresentar nas nossas relações sociais (Hebe).

Gênero é essa construção social, que a sociedade fez para diferenciar papéis de homens e papéis de mulheres e que é, às vezes, confundido com sexo, que é totalmente diferente. Porque sexo é mesmo referente à situação biológica, o homem tem um pênis e a mulher tem uma vagina. E gênero é essa construção social, que a sociedade fez para predeterminar papéis para homens e para mulheres (Afrodite).

Gênero são as diversas situações em que a sociedade, ao longo dos anos, impôs à mulher situações relativas à que ela seja do sexo feminino (Ariadne).

Gênero se trata de um conceito cultural... construção, por exemplo, do que vai se tornar o sexo feminino e o sexo masculino (Deméter).

Essa questão do gênero acaba muito mais sendo uma construção da sociedade, do que mesmo uma coisa natural decorrente das diferenças entre homem e mulher (Hera).

Os discursos revelaram que gênero definitivamente não é o mesmo que sexo, o que é bastante evidenciado nos dois primeiros relatos. Sexo diz respeito à identidade biológica, às características anatomo-fisiológicas, às diferenças que estão no corpo, à categoria de macho ou fêmea. Gênero é o sexo social, ou seja, uma maneira de se referir aos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, baseada em regras, normas, valores, convenções e comportamentos que permeiam as relações entre homens e mulheres, tratando-se de um conceito construído social e culturalmente. Portanto, gênero não diz respeito às diferenças sexuais que atribui *status* diferente ao homem e mulher, referindo-se à forma social da sexualidade humana.

De acordo com Izumino (1998), a adoção da categoria de gênero implicou no reconhecimento de que as diferenças sexuais, mais do que biologicamente determinadas, são socialmente definidas, estando sujeitas a variações culturais na determinação dos papéis sociais de homens e mulheres. Assim, as

relações de gênero são produto de um longo trabalho coletivo de socialização do biológico (BOURDIEU, 2002).

O resultado mais visível dessas relações de gênero é a conversação de sujeitos em objetos, ou seja, sua “coisificação”. A mulher passa a ser vista como um objeto, no qual o homem exerce poder sobre ela, submetendo-a aos seus desejos e ignorando-a como ser detentor de vontades. Neste sentido, Atena coloca que:

Nós vivemos em um mundo em que os homens ainda acham que são donos de tudo. Então, se eu sou homem, sou casado, a minha mulher é minha propriedade. É o patriarcalismo (Atena).

O sistema patriarcal de família é uma construção histórica e social, legitimada e perpetuada pela sociedade, baseada em relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, que tem sua origem na educação familiar e é perpetuada ao ser passada de geração para geração (SAFFIOTI, 2004).

Assim, os grupos sociais constroem representações do que seriam atribuições femininas e masculinas, os papéis de gênero, nos quais atitudes e comportamentos são categorizados, a partir de valores e experiências herdadas culturalmente. Esse processo de construção é permanente, inicia-se na infância e é contínuo ao longo da vida (TELES; MELO, 2003).

Desse modo, ainda na infância existe uma preocupação em atribuir símbolos para a menina e para o menino. Essa simbologia é evidenciada na fala de uma das gestoras:

Quando crianças, as meninas são educadas para brincar de boneca, roupinha de cor rosa, ficar mais em casa, ajudar a mãe. Já o menino não, ele é educado para estar na rua, jogar bola, usar roupinha azul, menina é mais reprimida, o menino já é mais expansivo, já é mais agressivo (Deméter).

Nas primeiras etapas do desenvolvimento infantil, quando o processo de formação do indivíduo está sendo iniciado, são estabelecidos símbolos para o feminino e para o masculino que possuem uma significação para o atributo de gênero, como cor de vestimenta, tipos de brincadeira e tipos de objetos pessoais. A exemplo, a bola e a cor azul são para os meninos, e a boneca e a cor rosa são para as meninas. O inverso disso pode despertar uma reação de estranheza nos

pais e nas demais pessoas.

Esses símbolos atribuídos ao masculino e ao feminino representam relações de poder e superioridade, onde há uma categorização do que é feminino e do que é masculino estabelecida ainda na infância, e ao longo do desenvolvimento do indivíduo será associada a outros símbolos, comportamentos, normas e valores que serão construídos no ambiente familiar e social e assimilados com o tempo (KOSS, 2000).

Ressalta-se a responsabilidade das próprias mulheres na manutenção desses padrões e reprodução dos valores e crenças que subordinam e colocam a mulher numa condição de inferioridade:

[...] foi educado pelas próprias mulheres de que o homem é que detinha o poder, e o poder é macho, e se o poder é macho, evidentemente, vai ter uma submissão e essa submissão foi dada à mulher (Héstia).

O relato evidencia que um dos fatores que contribuem para a perpetuação e naturalização das desigualdades nas relações de gênero moldadas a partir de dicotomias, é que as próprias mulheres, dentro do núcleo familiar, educam seus filhos de que “o poder é macho” e que cabe à mulher a submissão a esse poder.

Assim, nas relações sociais, as diferenças entre os sexos, entre os corpos feminino e masculino, são transformadas em desigualdades e utilizadas para justificar e reforçar a dominação do que é masculino sobre o que é feminino. Como consequência, há uma valorização negativa das atribuições femininas, em detrimento de uma valorização positiva das funções masculinas (AMARAL, 2005), o que se pode verificar neste depoimento:

[...] um modelo que privilegia as qualidades masculinas de virilidade, racionalidade, força física e coloca num segundo plano, inferiorizando, as características predominantemente femininas, por serem emotivas, por terem uma fragilidade física, consideram como se você fosse inferior a outra pessoa (Ártemis).

O relato de Ártemis enfoca esse processo de representação social, em que atributos referentes ao masculino, que remetem a racionalidade, força e atividade, são colocados como superiores e com mais valor em relação às ca-

racterísticas ditas femininas, tais como emoção, fragilidade e passividade. Dessa forma, percebe-se uma hierarquização que estabelece relações de poder, superioridade e dominação masculina sobre as mulheres.

Esse processo se mostra como necessário para justificar e naturalizar as relações de gênero, relações estas desiguais e de poder, em que se têm os modos de ser e de interagir entre homens e mulheres – os papéis de gênero – baseados na subordinação feminina e dominação masculina (ROTANIA *et al*, 2003).

Desta situação atribuída à mulher, que a coloca numa posição de inferioridade e de dependência do homem, advém o duo “dominação masculina x subordinação feminina”. Os seguintes relatos retratam essa noção:

A partir dessa própria compreensão de como homens e mulheres se constituem, que o homem é o ser que tem que deter o poder, o comando, então ele nas relações com o mundo doméstico é quem determina, é quem é o proprietário, isso inclui propriedade inclusive das mulheres. Então, as mulheres nessa relação são compreendidas como o ser da submissão (Hebe).

O homem, por ser naturalizado na sociedade que ele é o forte, então ele se acha aquele que tem o domínio sobre a mulher (Afrodite).

Através das falas das depoentes, constatou-se que os homens são naturalizados na sociedade como fortes, detentores do poder e do comando. Isto reflete nas relações afetivas, em que o homem exerce esse poder sobre a mulher, considerando-a como uma propriedade sua. Estas relações de desigualdades, em que são atribuídos papéis distintos, justificam e reproduzem uma relação de poder, onde os homens são os dominantes e as mulheres as dominadas (ROTANIA *et al*, 2003).

Portanto, com os relatos das gestoras ficou evidenciado que elas percebem que sexo é diferente de gênero, em que sexo é referente às características biológicas e gênero diz respeito a uma construção sociocultural. Desde a infância são atribuídos símbolos para o feminino e o masculino, em que as características masculinas são valorizadas e as femininas desvalorizadas socialmente. Dentro desta ordem, surgem relações de gênero como relações de desigualdades entre homens e mulheres, em que o homem é o detentor do poder e a mulher

é o ser subordinado. E um dos motivos para perpetuação e naturalização destas relações de gênero é a educação diferenciada para homens e mulheres, em que os modos de “ser homem” e “ser mulher” são passadas ao longo das gerações, sendo que muitas vezes são as próprias mulheres que educam seus filhos dentro deste modelo.

## 5 Considerações finais

O entendimento da concepção de gênero é importante por está diretamente vinculado a questão da violência contra a mulher. Este tipo de violência é um grave problema social por se tratar de um fenômeno universal, democrático na sua abrangência, de grande complexidade, o que ocasiona repercussão negativa na saúde da mulher, exigindo uma atuação multiprofissional no seu enfrentamento e a efetiva mobilização dos setores envolvidos no apoio às vítimas.

Portanto, falar em gênero, em construção social requer do Estado e demais agentes uma abordagem multidimensional. É necessária ainda uma atuação conjunta para o enfrentamento (prevenção, combate, assistência e garantia de direitos) do problema pelos diversos setores envolvidos, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros, para dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e garantir a integralidade da assistência à mulher, constituindo uma rede de apoio a essa mulher em situação de violência (BRASIL, 2011).

Destarte, é importante conhecer e refletir sobre a concepção das gestoras desses serviços em relação ao gênero, já que são justamente responsáveis pelo planejamento e execução de políticas e ações voltadas para as mulheres vítimas de violência. Elas compreendem o gênero como uma construção histórica, cultural, relacional e dinâmica sobre o masculino e o feminismo, cujas representações acabam por naturalizar papéis sexuais e sociais. Consequentemente, essas representações do masculino e do feminino reproduzidas na cultura patriarcal contribuíram para a exclusão das mulheres em espaços públicos e legitimaram a opressão e a violência contra a mulher.

Por isso, consolidar ações públicas na área de gênero envolve desafios relacionados a vencer resistências internalizadas. São necessárias ações que minimizem essas resistências e que funcionem como correções nas distorções existentes, igualando os direitos entre homens e mulheres. Assim, esses serviços

devem ser voltados para superar ou ao menos amenizar as desigualdades, defendendo os direitos humanos, na sua integralidade, e atentando para as especificidades do sexo feminino.

Por fim, ressalta-se que a existência de serviços voltados para repressão e prevenção da desigualdade de gênero não implica automaticamente na mudança cultural da sociedade. É necessário promover e estimular a construção de uma nova cultura de pensar a questão, onde o respeito e o compromisso com os direitos humanos das mulheres sejam valores incorporados ao cotidiano de todos(as) brasileiros(as).

## Referências bibliográficas

AMARAL, Célia Chaves Gurgel. **Debates de gênero: a transversalidade do conceito**. Fortaleza, CE: Editora UFC, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre a mulher e violência**. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio Janeiro: Zahar, 1985.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 79-108.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. p. 63-86.

KOSS, Monika Von. **Feminino + Masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades**. São Paulo: Escrituras, 2000.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça criminal e violência contra a mulher: o papel da justiça na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume: FAPESPE, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2006.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NEGRÃO, Telia. Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 215 - 258.

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Belém-PA, 1994.

ROTANIA, Alejandra Ana et al. **Violência contra a mulher**: o perigo mora da porta para dentro. Revista de Enfermagem Escola Anna Nery. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, abril. 2003. p. 114-125.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Lígia Pereira dos. **Mulher e violência**: histórias do corpo negado. Campina Grande-PB: Editora: Universitária-UEPB, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez 1995. p. 71-99.

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de Atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, Simone, SILVEIRA, Lenira e MIRIM, Liz (Org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005) – alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 45-77.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

---

### Abstract

This is a descriptive study with qualitative approach that aimed to describe and analyze the perception of gender management support services to women victims of violence in Piauí. Data collection was done through a script of semi-structured interviews with nine managers. The data were interpreted using the technique of content analysis. The results showed that gender is a social and cultural construction, assigning different roles for men and women, forming the duo male domination/female submission. It was concluded that the issue of gender is based in cultural tradition, social organization and relations of power, is required, and the creation of services geared towards gender equality, especially for the care of women victims of violence, the cultural change in society, with the commitment of all in protecting and promoting women's rights.

**Keywords:** Perception. Genre. Violence.

## ESTRUTURA DA FSA